

N. 6

O Barão de Guajará presidente da provincia de S. Paulo, etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial sob proposta da camara municipal da villa do Rio-Verde, decretou a seguinte resoluo :

Art. 1. Fica creado neste municipio o imposto annual de dois mil rs por pessoa que, sendo de maior idade e isempto do patrio poder, seja cabeça de casal, e tenha o seu fogão, representando uma familia, ou mesmo habitando com outra familia.

Art. 2. Para cobrança e arrecadao deste imposto a camara nomeará dentre os seus membros, ou dentre as pessoas gradas do municipio, tantas commissões quantas julgar preciso as quaes incumbirá de proceder ao recenseamento geral dos habitantes do municipio, cujas commissões especificar nos quadros que organisarem o nome, idade, filiao, naturalidade, profissão e residencia de cada um dos habitantes recenseados, declarando se habitam mais de um individuo de baixo do mesmo tacto, e porque motivo.

 1. Devem ser incluidas no recenseamento as mulheres viuvs e solteiras que, vivem honestamente sobre si e fora do patrio poder.

 2. Este recenseamento será feito no mez de Janeiro de cada anno.

Art. 3. Effectuado o recenseamento o procurador da camara, em livro especial para esse fim destinado, aberto, numerado e rubricado pelo presidente da camara fará até o mez de Março o lançamento dos nomes dos contribuintes, com todas as declaraes precisas, em claros determinados, e nos mezes de Junho e Julho procederá  arrecadao do imposto amigavelmente ou judicialmente si até o ultimo de Julho o contribuinte não tiver effectuado.

Pargrapho unico. Feito o lançamento o procurador da camara fará extrahir uma cópia delle, que fará publicar por edital affixado na porta da sala da camara ou da matriz, convidando aos recenseados que se julgarem impossibilitados de fazer a contribuio e virem allegar o direito que tiverem perante a camara, dentro do prazo de 30 dias, contados da data do edital.

Art. 4. Este imposto fica creado e especialmente destinado para as obras da igreja matriz desta villa até sua conclusão, depois do que ficará extincto

Art. 5. A camara reunida em sessão poderá attender e relevar do pagamento aquelles dos contribuintes lançados na frma do art. 3. que provarem, pelos meios de provas admittidas em direito, não estarem no caso de concorrer com o imposto, em razão de pobreza extrema.

Art. 6. Pela arrecadao deste imposto perceber o procurador a gratificao de cinco por cento.

Art. 7. Revogadas as disposies em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execuo da referida resoluo pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contm.

O secretario da provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no palacio do governo da provincia de S. Paulo, aos seis de Março de mil oitocentos, e oitenta e quatro.

BARÃO DE GUAJARA'.

Para v. exc. ver, Luiz de Vasconcells a fez.

Publicada na secretaria do governo da provincia de S. Paulo, aos seis de Março de mil oitocentos e oitenta e quatro.

Daniel Augusto Machado.

N. 7

O Barão de Guajará, presidente da provincia de S. Paulo, etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a assembla legislativa provincial sob proposta da camara municipal de Itapecerica, decretou a seguinte resoluo :

Additamento no codigo de posturas de Itapecerica, de 1883

DAS VIAS DE COMMUNICAO

Art. 1. As estradas e caminhos deste municipio, que não estiverem a cargo dos cofres publicos, nem da municipalidade, tero pelo menos tres metros de largura feitos a enchada, e dous metros de cada lado roçados ou derrubados. As pontes e atterrados tero pelo menos 2,50 de largura. Estas estradas ou caminhos serão feitos e concertados a custa de todos os mora-

dores do município, que por ellas tranzitarem para virem ás povoações e tambem d'aquellas que n'ellas se interessarem, pelo modo prescripto neste capitulo.

Art. 2.º São obrigados a concorrerem para o serviço da factura ou concertos das estradas ou caminhos a que se refere o art. antecedente.

§ 1.º Os senhores de escravos, que mandarão para o serviço dous terços dos que possuirem do sexo masculino e forem maiores de 14 annos, ou numero igual de trabalhadores, escravos ou não,

§ 2.º Todos os homens livres, casados, solteiros ou viuvos que residirem no município com economia propria ou separada e forem maiores de 14 annos, quer sejam proprietarios, aggregados ou assalariados, os quaes concorrerão para o serviço na proporção de um trabalhador sobre cada fogão.

§ 3.º Exceptuam-se desta obrigação os que residirem dentro da villa e freguezias, e não possuirem fóra dellas terrenos que cultivem, e os que não residirem no município, ainda que nelle tenham propriedades.

§ 4.º Os que residirem na villa e freguezia, mas possuirem fóra dellas terrenos que cultivem, assim como os denominados «Paioleiros» são obrigados a concorrerem para o serviço com o pessoal determinado nos paragraphos primeiro e segundo, não só das povoações ás encrusilhadas de suas moradas, como tambem das mesmas povoações as encrusilhadas de seus paioes ou terrenos de cultura.

Art. 3.º A camara nomeará um inspector para dirigir os trabalhos de cada estrada ou caminho, podendo continuar a servir os já existentes. Esse cargo não poderá ser exercido sem o competente juramento prestado perante a camara, e o individuo nomeado é obrigado a aceitar-o e servir pelo menos um anno.

Art. 4.º Todo aquelle que fôr nomeado inspector de estrada e não comparecer perante a camara, na sessão por ella designada, para prestar juramento, ou recusar-se a servir sem motivo attendivel ou não cumprir com os deveres que lhes são impostos, soffrerá a multa de 30\$.

Art. 5.º Cada um dos inspectores de estrada organizará, no mez de Dezembro de cada anno, uma relação de todos os moradores que forem obrigados a concorrer para o serviço da factura ou concertos das estradas ou caminhos, na parte que lhe pertencer, com declaração do numero de trabalhadores a que cada um é obrigado a concorrer, e remetterá a camara, para ser publicada por edital, 30 dias antes do começo do serviço.

Art. 6.º O serviço da factura ou concertos das estradas ou caminhos será feito do modo seguinte :

§ 1.º Na primeira segunda-feira do mez de Março de cada anno, não sendo dia santificado, e sendo, no immediato, deverão reunir-se nesta villa e nas freguezias do município, todos os trabalhadores de cada districto, munidos de suas ferramentas, para darem começo ao serviço, devendo este ser ou de roçada ou derrubada.

§ 2.º As dez horas da manhã, os inspectores de estrada, nos logares onde deverem dar começo ao serviço, que será nos limites de conformidade com os artigos 1.º e 2.º deste codigo, procederá, á chamada pelos nomes dos que deverem concorrer para o serviço. A esta chamada responderão os proprios individuos, si estiverem presentes e elles proprios quiserem trabalhar, ou os seus envia os ou escravos, apresentando o numero de trabalhadores a que cada um é obrigado a concorrer.

§ 3.º Feita a chamada e verificadas as faltas, os inspectores, dando começo ao serviço, dividirão os trabalhadores em turnas de 15 ou 20 e nomearão a cada uma um preposto, que poderá ser o inspector de quarteirão ou outro de sua confiança, para dirigir os trabalhos, marcando-lhe uma extensão maior ou menor de estrada ou caminho, segundo as difficuldades que houver no trabalho. Concluida esta extensão passará a outra que será marcada adiante da ultima e assim em seguida.

§ 4.º Os inspectores de estradas e seus propostos dirigirão o serviço da melhor fôrma possivel, para a boa conservação das estradas ou caminhos, tratando os trabalhadores com toda a urbanidade e destinando-lhes as horas necessarias para descanso e alimento.

§ 5.º Na continuação do serviço os inspectores de estrada reunirão os trabalhadores as 9 horas da manhã e farão a chamada no logar onde tiver de continuar o serviço do dia antecedente, tomando sempre nota das faltas e testemunhando as legalmente.

§ 6.º Cada um dos trabalhadores, trabalhará sómente até as encrusilhadas das moradas ou terrenos de cultura dos obrigados a concorrer para o serviço

§ 7.º Na primeira segunda-feira do mez de Abril seguinte, reunir-se-hão novamente os trabalhadores para darem começo ao serviço dos atterros, cavas e pontas das mesmas estradas ou caminhos, observando-se em tudo o disposto nos artigos e paragraphos antecedente.

§ 8.º Todo aquelle que, sob qualquer pretextto, procurar impedir ou obstar a execução do disposto nestas posturas, relativamente ao serviço da factura ou concertos de algumas das estradas ou caminhos, seduzindo os trabalhadores para que não trabalhem ou não concorram para o serviço, soffrerá a multa de 30\$.

§ 9.º Os que não comparecerem ou não mandarem o numero de trabalhadores a que são

obrigados, no primeiro dia para começo do serviço, serão multados em 5\$00), embora não se comece o serviço, si o motivo fôr a falta dos trabalhadores, e si estes, comparecendo, não quiserem trabalhar.

§ 10. Os que faltarem nos dias subsequentes serão multados em 5\$000 de cada dia de falta e sobre cada pessoa que subtrahirem ao serviço.

§ 11. Os que comparecerem depois das horas designadas serão multados em 2\$ diários.

§ 12. Os que desobedecerem ou injuriarem ao inspector ou ao preposto, ou que embriagarem-se, deixarem de trabalhar fora das horas designadas para descanso e alimento, fizerem motim ou provocarem desordem, soffrerão a multa de 5\$00, tantas vezes repetidas quantas forem as reincidencias.

§ 13. São responsaveis pelas multas de que tratam os §§ 11 e 12 os proprios individuos que estiverem empregados no trabalho, não sendo escravos ou menores, e, sendo, os senhores, pais, tutores ou curadores.

§ 14. Findos os trabalhos os inspectores de estrada, sem demora, remetterão ao fiscal uma relação contendo os nomes de todas as pessoas que devam ser multadas, com declaração dos motivos e nomes das testemunhas que presenciaram a infracção, afim de fazer-se effectiva as multas.

§ 15. O producto das multas arrecadadas revertirão em beneficio das estradas a que pertencer, mandando a camara enpregal-o em melhoramentos das mesmas estradas e pontes.

Art. 7.º Quando exista alguma tranqueira ou obstaculo na estrada ou caminho fóra do tempo dos concertos, o respectivo inspector mandará logo fazer o concerto necessario, para o que convocará os moradores mais proximos do logar, os quaes ficarão dispensados de concorrer ao trabalho commum, ou parte d'elle correspondente a esse serviço. Aquelle que, sendo convocado, não comparecer ou recusar-se ao serviço, será multado em 5\$000.

Art. 8.º Quando se dê a hypothese de não se começar o serviço da factura ou concertos das estradas ou caminhos, nos dias marcados neste capitulo, pela falta dos trabalhadores ou por qualquer outro motivo, imposta a multa aos infractarios o respectivo inspector de estrada designará um novo dia para o começo, notificando para isso as pessoas que houverem faltado. Os que deixarem de concorrer para o serviço ficam sujeitos a mesma multa e obrigações impostas até que se faça effectivo o referido serviço.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer, que a cumpram e faça cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O secretario da provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no palacio do governo da provincia de S. Paulo, aos quatorze de Março de mil oitocentos e oitenta e quatro.

(L. S.)

BARÃO DE GUAJARA'.

Para v. exc. ver, Luiz de Vasconcellos a fez.

Publicada na secretaria do governo da provincia de S Paulo, aos quatorze de Março de mil oitocentos e oitenta e quatro.

Daniel Augusto Machado.

N. 8

O Barão de Guajará presidente da provincia do S. Paulo, etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial sob proposta da camara municipal de Santa Cruz do Rio Pardo, decretou a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica desde já eriado o imposto de 2\$000 annuaes por cada pessoa, nacional ou estrangeira, residente dentro da circunscripção da parochia desta villa, de 21 annos para mais, ou mesmo de menor idade, quando a pessoa collectada viva sobre si, ou, posto que, morando em companhia de outrem, tenha renda propria.

Art. 2.º Exceptuam-se desta obrigação:

§ 1.º As mulheres casadas que vivam em companhia dos maridos, e as solteiras em companhia dos paes.

§ 2.º Os filhos familias enquanto estiverem debaixo do patrio poder.

§ 3.º Os escravos.

§ 4.º As pessoas pauperrimas, ou que vivam esmolando a caridade publica.